

A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS MISSÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ONU: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS

Ligia Maria Caldeira Leite de Campos – ligia.campos4@hotmail.com

Programa Interinstitucional (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas

Regionalismos y Análisis de Política Exterior

Trabalho preparado para sua apresentação no X Congresso Latino-americano de
Ciência Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Associação
Latinoamericana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e
o Tecnológico de Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019

RESUMO

O Brasil esteve presente em distintas Missões de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e em especial na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Com o encerramento desta e a chegada de um novo governo, muitas dúvidas pairam sobre qual é e qual será o posicionamento brasileiro em relação à ONU e suas operações de paz. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o objetivo desse texto é investigar a trajetória brasileira nessas missões para, a partir disso, refletir sobre o provável futuro do Brasil no tocante a elas.

INTRODUÇÃO

Em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, foi instituída a Organização das Nações Unidas (ONU), com a adoção da Carta de São Francisco. Esta foi estabelecida conforme o cenário que se apresentava, resultante da diplomacia das potências vitoriosas pós-conflito. Nesse contexto, o Brasil se fez presente desde as negociações que originaram esse documento, porém se manteve em posição tímida e de baixas perspectivas, assim como as demais nações latinoamericanas. Apesar de cogitado como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), visto que o Brasil atuou nessa guerra e é um membro fundador da ONU, coube a ele apenas o cargo de membro não permanente, o

qual atualmente já ocupou por dez vezes. Logo, o Brasil se tornou parte do grupo de países favoráveis a mudanças na ONU, de maneira a torná-la mais equitativa, transparente e aberta, pedindo por uma reforma na Carta e revisões sobre o funcionamento e veto no CSNU (Sardenberg, 2013; Corrêa, 2007b).

Durante o período da Guerra Fria, o país se colocou como conciliador, sendo esta a característica essencial do povo brasileiro, enfatizando também a necessidade de cooperação. Em 1963, o representante brasileiro João Augusto de Araujo Castro colocou como temas centrais à ONU o Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização, no discurso dos “três Ds”. Dessa maneira, a estabilidade regional, o desarmamento completo e geral e as concepções de paz e segurança passaram a fazer parte do ideário brasileiro, além de fundamentar suas críticas à ordem mundial. Os traços de seu comportamento internacional se pautaram na projeção no Atlântico Sul; atuação regional e subregional; e nos interesses como ator global (Sardenberg, 2013; Amorim, 2007).

Diante da limitada atenção fornecida à questão do atraso econômico no campo multilateral, o cenário econômico interno e regional tornou-se preocupação brasileira. Por conseguinte, o Brasil tomou frente nessas discussões, especialmente na organização da I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Para o Brasil, uma paz duradoura se constrói a partir do combate à miséria, geração de renda e empregos para a população local (Amorim, 2008). Os efeitos cruéis da estrutura do comércio internacional e a falta de capital para investimentos em países pobres também se tornaram alvo dos debates, visando buscar soluções multilaterais (Sardenberg, 2013). Assim sendo, o desenvolvimento econômico e social foi se tornando a constante mais ativa do Brasil (Corrêa, 2007b).

Com os governos militares (1964-1985), o país passou por um encolhimento diplomático, votou com as minorias e limitou sua atuação no CSNU. As consequências geradas por esse período foram visíveis, permitindo que o Brasil retornasse ao CSNU apenas em 1988. Contudo, exceto nesse período mencionado, o país manteve-se atuante nas grandes deliberações. Ele se colocou na posição de vanguarda na Assembleia Geral (AG), no Conselho Econômico e

Social (ECOSOC) e nas conferências internacionais, sediando reuniões ambientais de grande relevância (ECO 92 e Rio +20) (Sardenberg, 2013). Ademais, a partir da IV AG, em todos os anos, o país foi convidado a ser o primeiro orador, instituindo uma tradição (Corrêa, 2007). Para além da ação intergovernamental, o Brasil se mostrou engajado na cooperação com o setor privado e Organizações Não-Governamentais (ONGs) e tem adotado propostas construtivas somadas a exemplos de “boas práticas”, as quais podem ser exportadas para outros países (Sardenberg, 2005).

O desenvolvimento, a segurança econômica coletiva, a lacuna entre a Carta e as relações na prática, o desarmamento e o próprio conceito de “desenvolvimento sustentável” receberam uma importante contribuição por parte do Brasil (Lampreia, 2007). Os direitos humanos também possuíram destaque, pois há a ideia de que eles estão ligados ao desenvolvimento, justiça social, democracia e propósitos e princípios da ONU, sendo, portanto, parte dos interesses nacionais. O país também buscou participar de ações humanitárias, por meio de servidores e doações (Sardenberg, 2005).

O Brasil manteve certa coerência em suas atuações, estando presentes as demandas pela mudança na ordem internacional, adequando-se às realidades emergentes, assim como pela consolidação da ONU como forma legítima de lidar com temas de segurança, econômicos, sociais e políticos no cenário internacional (Corrêa, 2007a; Lampreia, 2007). O país sempre considerou a ONU como central para a sua política externa, sendo membro ativo e participante da Organização, o que acabou por tornar essa característica indissociável de seu comportamento internacional (Corrêa, 2007b).

Em relação a questões de paz e segurança, o Brasil defendeu abordagens abrangentes, que abarcam as raízes dos conflitos, relacionadas à desigualdade, pobreza e marginalização. Por conseguinte, considerava-se que a separação entre o desenvolvimento e a manutenção da paz e segurança era superficial, visto que, para o país, estas eram dimensões intrinsecamente interligadas (Sardenberg, 2005). Entre 1948 e 2017, o Brasil esteve presente em 46 das 71 missões de manutenção da paz da ONU e também de cinco outras implementadas pela

Organização dos Estados Americanos (OEA), o que compreende 65% do total. O país já enviou mais de 57 mil profissionais, entre policiais, militares e civis (Andrade *et al.*, 2019).

Assim sendo, o objetivo desse artigo é investigar a trajetória brasileira nas missões de paz para, a partir disso, refletir sobre qual o provável futuro do Brasil no tocante a elas. Por conseguinte, a hipótese levantada seria a de que diversas mudanças estão ocorrendo na política externa e no cenário brasileiro atuais, sendo possível e até mesmo provável uma mudança em relação à atuação do Brasil nas operações de paz da ONU. Como esse é um trabalho que aborda uma temática bastante atual, não é possível fazer afirmações concretas, apenas estabelecer probabilidades, em conformidade com o contexto apresentado. Para essa pesquisa, a qual se constitui de caráter bibliográfico, serão utilizadas obras de variados autores que versam sobre a política externa brasileira e as missões de paz da ONU, além de notícias e análises que ajudam a delinear os possíveis posicionamentos do país no que tange às missões de paz e à própria ONU. Dessa maneira, o artigo será dividido em outras quatro partes. Em primeiro lugar, será apresentada a trajetória brasileira nas missões de paz da Organização. Em seguida, abordar-se-ão a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), além de alguns caminhos que se vislumbram para a participação brasileira após o término desta. Posteriormente, será apresentado o atual posicionamento brasileiro no que tange à ONU e suas operações de paz. Por fim, diante da trajetória brasileira nas missões de paz e enfatizando a postura que o novo governo aparenta ter em relação à ONU, se discorrerá sobre as perspectivas que se criam sobre Brasil e esses temas, respondendo à hipótese mencionada.

A TRAJETÓRIA BRASILEIRA NAS MISSÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ONU

O Brasil integra as missões de manutenção da paz, ou *peacekeeping operations* (PKO, em inglês), desde 1948, iniciando pela Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB). Em 1957, com o interesse do

Presidente Juscelino Kubitschek de inserir o país internacionalmente e devido ao posicionamento do Brasil como interessado em resolução de conflitos, o país teve relevante participação na Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), no canal do Suez¹ (Andrade *et al.*, 2019; Aguilar, 2015).

Como apresentado na Introdução, durante os governos militares, o Brasil se distanciou no cenário internacional e suspendeu sua assídua presença nas PKO entre 1967 e 1989 (Andrade *et al.*, 2019).

Com o fim do regime militar e o aumento expressivo no número de PKO, em 1988, o Brasil começou a retomar sua participação nelas. No governo do Presidente Collor, essa atuação se manteve, sendo reduzida apenas com Itamar Franco, mas, mesmo assim, o país esteve presente em algumas missões de paz na época. Foi também nesse momento que o Brasil retornou a reivindicar o assento no CSNU. No governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar de algumas dificuldades, o país continuou participativo nas operações, alcançando a posição de oitavo contribuinte de efetivos em 1997 (Rezende, 2012).

Em outras palavras, durante a Guerra Fria, o Brasil havia fornecido militares e policiais de maneira constante, porém em pouca quantidade. A partir dos anos 1990, houve uma expansão qualitativa e quantitativa das PKO. O país, então, passou a ter maior destaque ao expandir o número de brasileiros enviados e a quantidade de missões em que participava (Cezne and Hamann, 2016). Essa mudança é visível, uma vez que 88% dos profissionais enviados foram para as PKO dos últimos 25 anos (Andrade *et al.*, 2019). Entre 2000 e 2015 a contribuição brasileira aumentou substancialmente, passando de três para dez as PKO em que atuava (de um total de dezesseis), o que significa um aumento de 333%. Portanto, é nos anos 2000 que o país consolida seu novo perfil nas missões (Hamann, 2016). Outro aspecto relevante é que o Brasil passou participar mais em operações robustas, sendo que, desde 1990, enviou profissionais a cerca de 75% das PKO desse caráter, de maneira individual e também por contingentes, como nos casos do Haiti e do Timor Leste (Andrade *et al.*, 2019).

¹ Informações detalhadas a respeito de cada missão em que o Brasil esteve presente podem ser encontradas no artigo de Aguilar (2015).

Com o governo Lula, acrescentou-se o princípio de não indiferença, em que a ação diplomática seria direcionada para uma visão humanitária e que, quando solicitado, se deveria prestar auxílio em situações de crise (Aguilar, 2015; Andrade *et al.*, 2019). Esse conceito serviu para legitimar e explicar a participação nas PKO e em outras formas de ajuda humanitária (Nasser, 2012).

A partir de então, o país se voltou para uma abordagem que relaciona segurança e desenvolvimento, a diplomacia aderiu a uma postura proativa e houve uma presença recorrente de Comandantes de Força brasileiros nas PKO (Andrade *et al.*, 2019). Hamann (2016) afirmou que essa transformação na contribuição brasileira só se tornou possível devido a algumas mudanças também na área doméstica: em nível financeiro, em que a execução orçamentária era plausível; militar, havendo capacitação e materiais para operacionalizar essa nova abordagem; e político-normativo, em que novas normas, políticos e instituições corresponderam a uma nova perspectiva sobre o mundo.

Além dos envios propriamente ditos, o Brasil também contribuiu consideravelmente para os debates sobre o tema e os militares brasileiros foram elogiados por seu comportamento na MINUSTAH. Nesse sentido, o Secretariado da ONU recebeu bem o aumento de sua atuação nas PKO e, em 2015, o país compunha a liderança em três das dezesseis missões de paz que operavam no momento (a MINUSTAH; a UNIFIL; e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo, a MONUSCO) (Cezne and Hamann, 2016).

Esse maior engajamento fez com que, em 2010, fosse criado o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em substituição ao Centro de Instrução de Operações de Paz (CI OP Paz), com o objetivo de preparar policiais, militares e civis para as PKO e tarefas de desminagem humanitária. Hoje o Centro é reconhecido nacional e internacionalmente e se tornou um elemento de difusão de conhecimento sobre a temática (Andrade *et al.*, 2019; Aguilar, 2015; Teixeira, 2017).

Não ter reivindicações que gerem conflitos, não estar em disputa com seus vizinhos e a busca por resolução pacífica de disputas são argumentos favoráveis

para o Brasil ampliar sua atuação nas organizações internacionais (Aguilar, 2015). Dentre as linhas que norteiam seu engajamento nas PKO, destaca-se principalmente a preocupação em estabelecer critérios claros em relação às PKO impositivas, baseadas no capítulo VII da Carta das Nações Unidas (Rezende, 2012). Ele também se faz ativo nas discussões sobre o assunto na AG e no CSNU e apoia as PKO com estrutura adequada, mandatos exequíveis e respaldo político (Uziel, 2010).

Nesse sentido, o processo decisório para o envio de tropas para as PKO tem caráter subinstitucionalizado e *ad hoc*. A ONU, por meio do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), consulta informalmente a Missão Permanente do Brasil sobre um possível envio de tropas. Esta avalia o pedido e o direciona ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Este, por sua parte, solicita um parecer ao Ministério da Defesa (MD) e à Presidência da República. Também se contata o Ministério responsável por questões orçamentárias para aprovar o orçamento militar. Posteriormente, o DPKO realiza um pedido formal e o MRE e o MD respondem com a Exposição de Motivos Interministerial (EMI), encaminhada ao Presidente. Em seguida, por meio de Mensagem Presidencial, o convite e a EMI chegam ao Congresso Nacional, sendo este responsável por detalhar o envio e autorizar a missão, por meio de um decreto legislativo. Por último, a Presidência efetiva a decisão com um decreto presidencial. A partir disso, o MD assume a responsabilidade de delegar o engajamento às Forças Armadas (Kenkel, 2011; Andrade *et al.*, 2019).

O envio desses destacamentos não é previsto no orçamento das Forças Armadas, o que torna necessária uma verba suplementar por parte do Congresso Nacional, e não há uma lei que defina os procedimentos para mandar observadores militares e policiais civis. Portanto, não há uma preparação prévia e contínua, ainda que a ONU recomende modelos mais permanentes (Rezende, 2012). O governo brasileiro opta por discutir cada caso, decidindo conforme seus interesses e evitando arranjos pré-estabelecidos (Aguilar, 2015). Ainda que sejam claras as diretrizes da política externa, os critérios decisórios políticos e públicos para se optar pelo ingresso em missões de paz são de caráter subinstitucional,

subjetivo e mal delineado. Conseqüentemente, a decisão é fortemente dependente das personalidades e da política vigentes. Nas palavras de Kenkel (2011, p. 23), “Portanto, a atitude geral do governo no poder pode deixar uma forte marca – às vezes, político-partidária – no padrão de participação de OPs do país”.

Para Cezne e Hamann (2016), a maior participação é uma forma de promover seus interesses e ampliar sua inserção no sistema internacional, mais do que propriamente contribuir para a ordem internacional. Essa forma de agir está nitidamente vinculada às prioridades de sua política externa, visto que os países aos quais grandes quantidades de tropas brasileiras foram enviadas são os de maior atenção brasileira. De acordo com Nasser (2012), a presença do Brasil nas missões de paz não consegue, inclusive por falta de meios disponíveis, acompanhar a tendência universalista da diplomacia, o que leva a uma “solidariedade seletiva”. Conseqüentemente, sua participação se mantém relacionada com as áreas de notável afinidade (como língua ou passado comum), questões regionais ou interesses nacionais. Por conseguinte, entre os anos de 1990 e 2015, números expressivos foram mandados apenas ao Haiti (78%), países lusófonos (14%) e Líbano (6%) (Cezne and Hamann, 2016).

Desse modo, o aumento no engajamento brasileiro nas PKO é constituído de razões normativas, institucionais e políticas, em conformidade com a política externa e a defesa, sendo algumas delas: ampliar a influência nos órgãos tomadores de decisão da ONU; aderir à dinâmica de segurança coletiva da ONU; reforçar o multilateralismo ao mesmo tempo em que se incorporam os interesses brasileiros às decisões; reforçar a confiança dos outros países; servir como base da política externa em relação à solução pacífica de conflitos e desarmamento; aproveitar a cooperação ao participar dos processos de paz; expandir a cooperação subregional, principalmente no Mercosul, ao mesclar contingentes de diversos países; estar presentes nos entornos estratégicos centrais para a segurança nacional, especialmente na África; reforçar a candidatura para o assento permanente no CSNU; exercer os princípios internacionais estabelecidos no artigo 4º da Constituição; aumentar o prestígio nacional; promover o reconhecimento aos militares brasileiros, fortalecendo a dissuasão; e treinar e

fornecer experiências para as Forças Armadas (Andrade *et al.*, 2019; Aguilar, 2015).

Segundo Kenkel (2011), anteriormente, o Brasil entendia sua posição como a de um Estado periférico, o qual se baseava na soberania absoluta como forma de confrontar a vontade das potências, sendo o direito internacional e as estruturas normativas das instituições multilaterais formas de se proteger. Com o governo Lula, houve alterações na percepção da sua identidade internacional. O país passou a se posicionar como uma potência emergente, em busca de se tornar um ator global. Portanto, assumiu uma posição mais assertiva em relação a questões de segurança e passou a utilizar as PKO como forma de conquistar seus objetivos. A sua atuação objetiva fortalecer o sistema multilateral de segurança, principalmente a ONU, pois este permite que assegure sua autonomia política, aumenta sua inserção e auxilia na possibilidade de conseguir realizar seus interesses, sendo esta uma maneira de lidar com as assimetrias do sistema internacional (Aguilar, 2015). Para o Brasil, a diplomacia é mais a base do poder do que as próprias Forças Armadas, sendo essas utilizadas para fortalecer a diplomacia, por meio das PKO (Nasser, 2012).

Patriota (2012), ex-Ministro das Relações Exteriores durante o governo Dilma, afirmou que a presença brasileira nas missões demonstra a disposição de cumprir responsabilidades internacionais, o compromisso do país com o multilateralismo e atesta a solidariedade para com aqueles saídos de conflitos armados. O país trabalha, portanto, com um pragmatismo político, ao buscar projetar seu poder internacionalmente, e com um fator moral, no que tange a um compromisso humanitário. Exercer a solidariedade também abarca o interesse nacional ao longo prazo, ao resultar em influência internacional (Nasser, 2012).

Ademais, deve-se ressaltar que conquistar um “perfil mais elevado” nas PKO faz com que se associe a atitude a uma maneira de garantir a classificação como candidato natural a um assento permanente no CSNU em uma possível reforma (Nasser, 2012).

No entanto, ter um assento permanente exigiria ainda mais engajamento, pois ser membro do CSNU é um incentivo para que se faça parte das PKO

aprovadas (Aguilar, 2015). Dessa maneira, um importante questionamento que se levanta é sobre se seria compensatório ou não ser membro permanente do CSNU e atuar nas PKO, o que se deve aos custos envolvidos e que superam o reembolso oferecido pela ONU. Outra indagação seria sobre o nível de envolvimento que o país teria em temáticas delicadas na agenda internacional, as quais não mais poderia evitar. Assim sendo, o Brasil teria que alterar alguns de seus posicionamentos, como melhorar a legislação para reduzir os obstáculos ao envio das forças para as operações; adaptar-se ao novo paradigma das PKO, instituindo uma força de pronta-resposta; e participar em missões de imposição da paz (Rezende, 2012). Ainda outras críticas sobre o tema podem ser o uso de recursos escassos fora do país ao invés de alocá-los internamente; a ineficácia das missões para encerrar os conflitos; e o uso do Brasil como marionete das potências (Uziel, 2010).

Por fim, em um panorama geral e para alguns autores, a participação brasileira nas PKO é considerada modesta, mesmo que abranja distintas missões, uma vez que prevaleceram as contribuições menores, de forma paralela aos grandes envios (Rezende, 2012; Andrade *et al.*, 2019). Dessa maneira, o Brasil não consta entre os principais contribuintes, nem financeiramente, nem por meio de tropas (Aguilar, 2015). Somente as PKO em Angola, Moçambique, Timor Leste e Haiti divergem dessa situação. A atuação nas missões se relaciona às limitações e possibilidades oferecidas pelos meios disponíveis, havendo uma inelasticidade em sua capacidade de participar (Nasser, 2012; Uziel, 2010). Além disso, dentro de seu próprio país, a população pouco conhece sobre a atuação brasileira nas PKO e as ações das Forças Armadas (Pereira, 2015).

Portanto, a seguir, abordaremos separadamente a MINUSTAH e a UNIFIL, uma vez que são significativas para a trajetória mais recente do Brasil em relação às PKO, pois são essas as missões que o levam a ter destaque na área de paz e segurança internacional (Andrade *et al.*, 2019).

FIM DA MINUSTAH: QUAL O PRÓXIMO CAMINHO?

A MINUSTAH se apresentou como uma oportunidade ímpar para o Brasil ampliar seu engajamento nas PKO e legitimar sua liderança regional. Ela abriu portas para que ele pudesse incrementar sua contribuição relativamente baixa nas missões, o que auxiliou na sua inserção internacional, no processo de integração na América do Sul e no sistema de segurança coletiva da ONU (Rezende, 2012).

Essa Missão foi criada visando restaurar a ordem no Haiti, devido à insurgência que resultou na retirada do Presidente Jean-Bertrand Aristide, e seus objetivos eram estabilizar o país, proteger os direitos humanos, realizar eleições, implantar o Estado de Direito, auxiliar na reforma da polícia haitiana, desarmar e pacificar grupos armados (desarmamento, desmobilização e reintegração), auxiliar na assistência humanitária e promover o desenvolvimento econômico e institucional. O Brasil, então, detectou uma oportunidade de participação e passou a integrar as discussões sobre o tema (Fontoura and Uziel, 2017; Souza Neto, 2012; Mendonça, 2017; Andrade *et al*, 2019).

Em seu início, a tropa na MINUSTAH tinha como função a pacificação das favelas da capital do país, para, mais tarde, cumprir ações cívico-sociais juntamente à manutenção da segurança. Em 2010, devido à devastação causada pelo terremoto, o enfoque se voltou para a assistência humanitária, levando ao envio de quase o dobro do contingente anterior, sendo este o maior empreendimento brasileiro em relação à ajuda humanitária. Pode-se dizer, então, que os três “Ds” definiram a ação brasileira no país: diplomacia, defesa e desenvolvimento, buscando solucionar as raízes do conflito, sendo que algumas ações realizadas receberam o título de caso-modelo de construção da paz (Aguilar, 2015; Souza Neto, 2012; Nasser, 2012; Vieira Neto, 2017; Andrade *et al*, 2019; Moraes, 2017). Contudo, houve também uma contradição evidente na MINUSTAH, pois o Brasil cumpriu com sua vocação pacífica e de resolução de conflitos por meio da diplomacia, mas tendo como base seu braço militar (Mendonça, 2017). O protagonismo junto ao recorrente envio de tropas para uma Missão baseada no Capítulo VII indicou uma transformação na perspectiva brasileira (Andrade *et al*, 2019).

No total, por volta de 37 mil militares brasileiros foram enviados para a MINUSTAH, compondo 26 contingentes que trabalharam em sistema de rodízio. Os Comandantes de Forças foram todos originários do Brasil, sendo este um fato inédito nas missões de paz da ONU (Hamann and Teixeira, 2017). A atuação brasileira teve como base a “diplomacia solidária” e, com isso, o governo conseguiu destacar o papel do Brasil no desenvolvimento de justiça social não só no Haiti, mas em outros países atingidos por violência (Aguilar, 2015). A presença na MINUSTAH também coincidiu com a política externa desenvolvida pelo governo Lula, pois se tratou de um posicionamento internacional mais afirmativo, houve o elemento da não indiferença, defendeu-se o multilateralismo, enfatizaram-se o combate à pobreza e o desenvolvimento e houve prioridade no escopo regional. No entanto, sua liderança foi inevitavelmente associada à busca por um assento permanente no CSNU (Nasser, 2012).

Segundo Vieira Neto (2017), ex-Comandante das Forças, o fator que levou à prontidão brasileira na MINUSTAH foi a disposição de fornecer a capacidade nacional para um país que integra seu entorno estratégico, o qual se encontrava em um severo cenário econômico, social e de segurança. Essa se tornou uma oportunidade de se equiparar a outras tropas, o que evidenciou o alto nível de comprometimento e preparo brasileiro, dotando os soldados de respeito. Outros ganhos seriam o aprendizado logístico, aprimoramento da doutrina militar, o aperfeiçoamento dos equipamentos militares e da capacidade expedicionária, o intercâmbio cultural e a projeção internacional das Forças Armadas e do próprio Brasil. Para ele, as tarefas realizadas para conter as consequências causadas pelo terremoto trouxeram uma expertise muito útil para as futuras ações de ajuda humanitária e as PKO. Ainda outra possibilidade trazida pela MINUSTAH foi envolvimento do Brasil na elaboração das operações de paz em geral, algo de seu interesse. Com a constante utilização dos Comandantes de Força brasileiros, aumentou-se a ingerência sobre os processos decisórios relacionados à Missão (Souza Neto, 2012). A MINUSTAH demonstrou uma maneira brasileira, sulista, de construção da paz e, com isso, a participação nas PKO tem se apresentado como uma característica da identidade brasileira (Kenkel, 2011).

Durante a MINUSTAH, o Brasil foi eleito duas vezes como membro não permanente do CSNU, o que o levou a aperfeiçoar sua visão sobre as PKO e a ter resultados políticos positivos devido ao sucesso de suas ações tanto práticas quanto na elaboração da missão. A partir de então, ele passou a ser referência mundial às PKO e ganhou importância no sistema de paz e segurança internacional, tornando sua presença desejável nas demais ações multilaterais (Hamann and Teixeira, 2017).

Em 15 de outubro de 2017, a Missão foi encerrada, sendo substituída pela Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), a qual tem como objetivo estabelecer o Estado de Direito no país.

Para Vieira Neto (2017), os efeitos da MINUSTAH continuariam a se multiplicar futuramente e sua expectativa era de que o conhecimento adquirido se mantivesse e fosse utilizado em outras contribuições brasileira à ONU, de modo a evitar o hiato de missões anteriores e preservar o prestígio, eficiência e credibilidade das Forças Armadas. Para ele, a atuação brasileira poderia ser mantida, sem causar danos às capacidades de se atuar internamente. De acordo com Andrade *et al* (2019), o protagonismo na MINUSTAH indicaria a possibilidade de novas participações brasileiras, devido à busca por cumprir seus interesses de defesa e política externa.

Também nesse sentido, como Comandante do CCOPAB, Teixeira (2017) afirmou que o fim da MINUSTAH não seria motivo de preocupação, havendo ainda um futuro promissor a esse Centro, devido especialmente ao reconhecimento internacional de suas atividades e por suas relações com diversas entidades. Assim sendo, o CCOPAB participou da elaboração e prática dos novos módulos para a participação de futuras tropas nas PKO, realizando estágios e treinamentos, permitindo que unidades estivessem aptas a integrarem alguma missão de paz futuramente.

Outra missão relevante à atuação brasileira é a UNIFIL, uma vez que sua participação expressiva se mantém até hoje. A existência de 10 milhões de brasileiros com origem sírio-libanesa, por meio do critério de “parentesco” (proximidade) do engajamento brasileiro, fez com que o Brasil se dispusesse a

liderar o componente naval da UNIFIL, sendo essa a primeira vez que o país se responsabilizou pela ação de uma PKO nos mares (Nasser, 2012).

A UNIFIL foi criada com o objetivo de garantir a saída israelense do território libanês após a invasão de Israel ao sul do Líbano e devido às hostilidades na região. Outros objetivos eram ajudar o governo libanês a restaurar sua autoridade local e restabelecer a paz e a segurança internacional. O primeiro envio de tropas foi realizado em 1978. Em 2006, novos incidentes ocorreram e a UNIFIL teve que se adaptar à nova situação. Dessa forma, o CSNU aprovou a Resolução 1701, buscando cessar completamente os embates, e ampliou o mandato da Missão, levando à criação da Força-Tarefa Marítima (FTM). Com o final dos enfrentamentos e as retiradas, a FTM adquiriu função de auxiliar a marinha libanesa no gerenciamento de suas águas territoriais e fornecer segurança para a costa. Em 2010, o comando da FTM sofreu alterações, o Brasil foi convidado a assumi-lo e, para Pereira (2015), isso foi uma consequência da política exterior do governo Lula. Desde então, a presença e comando brasileiros no Líbano foram renovados todos os anos. Entre 2011 e 2017, o Brasil já havia enviado mais de 2 mil militares à UNIFIL (Andrade *et al.*, 2019).

Além disso, o Brasil tem como função na FTM apoiar o treinamento da Marinha libanesa para que essa possa gerenciar suas águas, além de auxiliar na estabilidade regional, dando segurança para as linhas de comunicação marítimas e seu comércio. A presença na UNIFIL posiciona o Brasil como um ator que busca permanecer ativo internacionalmente, com preocupações globais. Contudo, é preciso ressaltar que sua atuação na Missão tem um alto custo financeiro. Portanto, como contrapartida, as razões para se engajar incluem questões militares internas, como o treinamento dos militares, e de política externa brasileira, sendo a UNIFIL uma demonstração da capacidade e disposição de se deslocar até o Oriente Médio. Sua contribuição é também relevante por essa ser a única FTM da ONU e pela oportunidade de interação com os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Pereira, 2015; Andrade *et al.*, 2019; Souza Neto, 2012).

Em 2016, apesar das crises financeiras e políticas no país, Hamann (2016) acreditava que o nível de engajamento do Brasil nas PKO seria mantido. Segundo a autora, para conservar seu papel, o Brasil deveria manter sua participação por meio do envio de unidades constituídas (tropas) ou, mais ainda, ao colocar brasileiros em funções de destaque dentro das missões e também em Nova Iorque.

Em 2017, a ONU convidou oficialmente o Brasil para enviar 750 militares à Missão Multidimensional das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro Africana (MINUSCA). Em abril de 2018, o país recusou a proposta, mesmo diante de uma mobilização favorável para integrá-la. Da mesma maneira, o Brasil não se mostrou inclinado a participar na MONUSCO. Entre as justificativas possíveis, pode-se inferir que seja por causa da atual conjuntura financeira e sociopolítica, particularmente com a atuação brasileira na fronteira devido ao fluxo de venezuelanos e pelo empenho na intervenção federal das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Ainda assim, o Brasil disse estar à disposição para futuras contribuições (Andrade *et al.*, 2019).

Desde o governo de Michel Temer, o antigo Ministro das Relações Exteriores, José Serra, já enfatizava elementos relacionados aos problemas econômicos e, sem mencionar explicitamente as PKO, sugeriu que o país evitasse se envolver em ações que constituíssem baixos ganhos econômicos a muito custo material e diplomático (Cezne and Hamann, 2016).

Outras dificuldades encontradas são que não há uma política interna que oriente a atuação nas PKO e o reembolso oferecido pela ONU corresponde a menos de 40% do que é investido, sendo preciso recorrer a orçamentos governamentais. Essa medida é questionada internamente, devido aos problemas domésticos, particularmente no atual e complexo cenário econômico do país. O Brasil também é o segundo maior devedor da ONU e possui um grande débito em relação aos recursos de PKO. Ademais, há pouca presença de policiais, civis e de mulheres brasileiras, ainda que esta última parcela seja crescente. Somados esses elementos, torna-se mais custosa a tarefa de se alcançar uma maior influência nos fóruns da ONU (Cezne and Hamann, 2016).

Durante esses anos, portanto, o Brasil conquistou expertise sobre as PKO, tendo sido reconhecido o sucesso de sua participação na MINUSTAH e na UNIFIL pelo vice-Secretário Geral da ONU, algo também evidente no convite para integrar a MINUSCA (Andrade *et al.*, 2019). Contudo, com o fim da MINUSTAH e o quadro que se apresenta no país, são muitas as dúvidas que pairam sobre o futuro brasileiro nas missões de paz e um possível envio de novas tropas, o que será discutindo na seção seguinte (Cezne and Hamann, 2016).

NOVO GOVERNO: PERSPECTIVAS

Atualmente existem alguns complicadores para o engajamento brasileiro, tais quais: a redução de recursos vindos do governo, podendo compreender-se que as PKO compõem um gasto desnecessário; a agenda política com enfoque na esfera interna, diante de questões sociais e econômicas, como combate à violência, industrialização e diminuição da pobreza; e não há muito ímpeto por parte de atores internos não governamentais em advogar pela participação brasileira (Andrade *et al.*, 2019).

Além desses obstáculos e outros já apresentados anteriormente, o Brasil vem passando por muitas transformações desde o início do governo de Jair Bolsonaro, em 2019, o que inclui grandes alterações em sua política externa junto à nomeação do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

Em um texto de sua autoria, Ernesto Araújo (2019) afirmou que a política externa brasileira tem que mudar, sendo isto parte do mandato confiado a Bolsonaro, pois o país tem um papel muito maior a ser cumprido internacionalmente. Dentre seus objetivos está libertar a política externa brasileira, por meio da verdade baseada em aspectos religiosos, além de colocar-se de forma contrária ao “globalismo” (The Economist, 2019).

Houve mudanças mesmo dentro do próprio MRE, em que diplomatas mais experientes foram trocados pelos da geração de Araújo. Reduziram-se as subsecretarias, sendo extintas a de Brasileiros no Exterior e a de Meio Ambiente, as quais passaram a ser departamentos na Secretaria de Cidadania e Soberania Nacional. Esta se tornou responsável pela Cidadania, Defesa, Meio Ambiente,

questões consulares e a ONU. Ademais, as relações com os países foram agrupadas em três secretarias de negociações bilaterais. Portanto, essas disposições sinalizam uma posição mais favorável ao bilateralismo e não ao multilateralismo ou aos órgãos internacionais (Paraguassu, 2019).

No final de 2018, Mello e Coelho (2018) já apontavam que Bolsonaro e Araújo trariam uma ruptura com os governos anteriores, especialmente referente ao ex-Presidente Lula. A partir de então, os Estados Unidos e Israel ganhariam destaque como parceiros e a Ásia e Europa iriam para segundo plano. O vínculo aos Estados Unidos ficaria evidente, entre outras razões, pela relação de Bolsonaro com o Presidente estadunidense, Donald Trump, e também pela possibilidade de mudança da Embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, como demonstração do alinhamento com os estadunidenses. Esta decisão levaria a uma tensão com os países árabes, o que fez com que a Liga Árabe enviasse uma carta alertando o Presidente brasileiro sobre os riscos dessa medida às suas relações². Além do mais, Bolsonaro em sua campanha disse que fecharia a Embaixada da Autoridade Palestina em Brasília. Também nesse contexto, o Mercosul perderia sua prioridade. Seu posicionamento em relação à China tenderia a ser hostil, tendo Bolsonaro visitado Taiwan durante sua campanha eleitoral (The Economist, 2019). O Brasil também optou por abandonar o tratamento especial para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC) para tentar ingressar na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (G1, 2019b).

Antes de ser eleito e após uma recomendação do Conselho de Direitos Humanos da ONU favorável ao ex-Presidente Lula, Bolsonaro afirmou que, ao se tornar Presidente, retiraria o Brasil da ONU, uma vez que esta seria um pólo de comunistas sem função nenhuma. No entanto, mais tarde recuou em sua fala, dizendo que deixaria apenas o Conselho em si (Fernandes, 2019).

Assim que foi eleito, Bolsonaro declarou que seu governo não faria mais parte do Pacto Global para a Migração da ONU, assinado em dezembro de 2018,

² Contudo, por enquanto, optou-se “apenas” por criar um escritório comercial em Jerusalém, ao invés de transferir a Embaixada (G1, 2019a).

justificando que não é qualquer pessoa que pode entrar no país, sendo o Brasil soberano para decidir se aceita migrantes, ainda que tenha dito que o Brasil não vai deixar de ajudar aqueles em necessidade. Ele acrescentou que quem vier ao país deve se sujeitar às leis e costumes, sendo a defesa da soberania um dos pilares de seu governo (Londoño, 2019).

Em maio, relatores da ONU pediram autorização para vir ao Brasil investigar as milícias e execuções sumárias. Outros pedidos desse caráter haviam sido feitos em 2018, mas não receberam resposta positiva, com a explicação de que o país se encontrava em período eleitoral, o que dificultava a realização das visitas. O governo Bolsonaro apontou que as vindas seriam restabelecidas. Especificamente sobre esse caso das execuções, não houve resposta e denúncias foram feitas contra o governo brasileiro (Chade, 2019b).

O país também optou por se retirar da revisão prevista sobre suas políticas públicas na área ambiental e social, em uma sabatina da AG, com a justificativa de que estão reestruturando suas políticas. Os representantes afirmaram que o Brasil ainda irá participar das outras atividades, além de manter seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 da ONU (Chade, 2019a).

Em sua campanha eleitoral, Bolsonaro havia afirmado que, caso fosse eleito, poderia remover o Brasil do Acordo de Paris, que prevê a diminuição da emissão de gases que levam ao aumento da temperatura do planeta. Contudo, em janeiro, no Fórum Econômico Mundial em Davos, disse que, por ora, o país não deixaria o Acordo (G1, 2019c). Além disso, o Ministério do Meio Ambiente havia cancelado a Semana Climática (*Climate Week*) da América Latina e Caribe, evento organizado pela Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), o qual ocorreria na cidade de Salvador. No entanto, após uma reunião com o MRE e com o Prefeito de Salvador, o Ministro Ricardo Salles voltou atrás em sua decisão. Além disso, confirmou a presença brasileira na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas a ser realizada no Chile, mesmo após o Brasil ter desistido de sediar este outro evento. De maneira oposta, Salles acabou com a estrutura da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas e a secretaria que a

substituiu não tem uma estruturação para abordar essas questões (Maisonnave, 2019). Em maio deste ano, o Brasil, ao lado de seis outros países, dentre eles os Estados Unidos, deixou de assinar um acordo proposto pela ONU para reduzir a produção de plástico de uso único (Gonzalez, 2019).

Eduardo Bolsonaro, filho do Presidente, além de presidir as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional brasileiro, vem agindo de forma “complementar” a Ernesto Araujo, sendo considerado um chanceler paralelo. Contudo, Eduardo chegou a afirmar em um vídeo a respeito das questões relacionadas à Embaixada de Israel e a Palestina que a ONU não tem poder coercitivo e, portanto, ele não se importa com a Organização, sendo que ela e seus órgãos não são sérios (Frazão, 2019; Revista Fórum, 2019).

O próprio presidente está sendo denunciado na ONU por exonerar, por meio de um decreto presidencial, a equipe do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), o qual averigua as violações de direitos humanos em presídios. Foram também realizadas outras importantes mudanças relativas a esses cargos. Em outra ocasião, Bolsonaro havia sido denunciado por tentar alterar a narrativa sobre o golpe de 1964, o qual levou à instauração da ditadura militar no Brasil (Leitão, 2019).

Por conseguinte, para Mello e Coelho (2018), seria improvável que o país continuasse a mediar conflitos e liderar negociações multilaterais, ou até mesmo visasse um assento no CSNU. Isso porque o novo governo é crítico às instituições multilaterais e ao globalismo. Todavia, no que tange às missões de paz, a participação poderia se manter devido à presença de militares em posições centrais do governo.

O Presidente, na posição de ex-Capitão do Exército, deu início a um governo composto em grande parte por militares, especialmente ex-Comandantes de Força da MINUSTAH e da MONUSCO, como o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, General Floriano Peixoto Vieira Neto; o Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira; o Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo

e Silva; o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência, General Carlos Aberto dos Santos Cruz; e o Comandante do Exército, General Edson Leal Pujol. Para Tavares (2019), a nomeação daqueles que participaram na MINUSTAH é compreendida como uma valorização dos militares gestores e capazes de resolver conflitos.

Todavia, o General Santos Cruz, de grande importância para as PKO e de prestígio dentro da ONU, por ter comandado a MINUSTAH e a MONUSCO, foi alvo de muitas críticas por figuras ligadas ao governo e recentemente foi retirado de seu cargo. De qualquer forma, seu substituto também era Comandante das Forças da MINUSTAH, o General Luiz Eduardo Ramos Batista Pereira (Schreiber and Carneiro, 2019).

Nesse ano, o governo enviou militares especialistas em contextos de selva para auxiliar no treinamento de tropas da MONUSCO, podendo representar um novo viés da atuação brasileira em PKO, de forma qualitativa. Ademais, o atual Comandante das Forças dessa PKO, General Elias Martins Filho, é brasileiro (Godoy, 2019). Esse mesmo General afirmou que, ainda após as recusas do governo Michel Temer, a ONU retomou os sinais para que o país envie tropas para uma das PKO em vigor. Segundo ele, por meio de um pedido informal, o chefe do DPKO, Jean-Pierre Lacroix, requisitou que ele auxiliasse no reengajamento brasileiro nas PKO. De acordo com o General, a ONU quer que o Brasil atue em alguma das missões africanas assim que possível, sendo a MINUSCA a mais provável (Kawaguti, 2019). Além disso, Bolsonaro homenageou a Capitã de Corveta Marcia Andrade Braga com a Medalha da Vitória, após ela ter recebido o prêmio de Defensora Militar de Gênero na ONU, devido ao seu trabalho como assessora militar na MINUSCA (Marinha do Brasil, 2019).

Atualmente, o Brasil continua no comando da UNIFIL. Na reportagem de Kawaguti (2019), entrou-se em contato com membros do alto escalão do governo, os quais afirmaram haver um posicionamento favorável à contribuição com tropas ao exterior, porém, primeiramente, o governo lida com questões complexas no próprio país, como a reforma da Previdência, antes de possibilitar novos gastos militares.

Embaixadores de países membros do CSNU em Brasília chegaram pedir ao Vice-Presidente, integrantes do primeiro escalão e a Bolsonaro que se mantivesse uma participação ativa nas PKO. Segundo o jornal Valor Econômico, a ideia havia sido bem recebida. A esse mesmo jornal, o General Heleno afirmou que as missões podem impulsionar positivamente a projeção brasileira, porém apontou ser necessário balancear as vantagens e desvantagens econômicas por elas trazidas (Rittner and Araujo, 2018).

O próprio Ernesto Araújo (2019) afirmou que é do interesse brasileiro promover a paz e segurança regional e internacionalmente, mas sendo as principais ameaças os regimes não-democráticos que exportam instabilidade, opressão e crimes, os quais trouxe como exemplo Cuba e Venezuela. O Ministro apontou que há um grande interesse em retomar a participação nas PKO, pois elas são significativas para a capacitação das Forças Armadas e porque o Brasil possui prestígio nesse setor. Isso projeta o país no exterior, porém ele esclarece que a nova política externa não objetiva conquistar um assento permanente no CSNU, como nos governos anteriores (Exman, 2019).

Por outro lado, um aspecto que reduz as expectativas em relação a um novo envio de tropas são as dificuldades internas ao país enfrentadas pelo atual governo. Desentendimentos políticos, crise econômica, cortes de gastos, a tentativa de se aprovar a Reforma da Previdência, debates sobre liberação de armas, polêmicas relacionadas à vida pessoal dos políticos brasileiros, violência urbana, violência contra minorias, manifestações em prol da educação, desavenças com os indígenas, problemas ambientais e “desastres” como o de Brumadinho, entre outros, são adversidades que fazem com que o foco das discussões esteja cada vez mais distante das missões de paz. Inversamente, algumas opiniões são de que o Brasil deveria centrar seus esforços em resolver seus próprios problemas antes de querer se engajar em ações externas.

Contudo, Cezne e Hamann (2016) defendem que a dedicação do Brasil às PKO deva se manter como parte da política externa. Sua participação pode não trazer ganhos imediatos, mas é necessária para representar a sua vontade e capacidade de atuar internacionalmente. Ademais, seria também de grande valia

não só para os interesses estratégicos do país, mas para a governança global como um todo e para as missões de paz futuras. Mesmo que as atuais incertezas e obstáculos internos não permitam uma maior presença, essas questões não devem impedir que o Brasil continue contribuindo para as PKO.

Mesmo com os desafios ao engajamento brasileiro nas missões de paz, é possível notar um crescimento em sua trajetória. De acordo com Andrade *et al* (2019), deve-se aproveitar estrategicamente os bons resultados já obtidos em futuras oportunidades. Para Pereira (2015), se o país não buscar um nível superior, os atuais esforços nas PKO podem acabar se perdendo.

Por fim, sabe-se que manutenção da paz tem seus custos, cabendo aos atuais diplomatas, políticos, militares, sociedade civil e acadêmicos a tarefa de discutir até que ponto o Brasil se colocaria disposto a pagá-los (Souza Neto, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil esteve presente e atuante desde a criação da ONU, prezando por princípios pacíficos, multilaterais e relativos ao desenvolvimento. Exceto em alguns momentos de sua trajetória, como durante o regime militar, ele buscou se integrar ao plano internacional e aos grandes debates.

Logo, o país se engajou nas operações de manutenção da paz, as quais o auxiliariam a se inserir e ganhar influência, podendo contribuir inclusive para pleitear um assento permanente no CSNU. Entre outros benefícios, essa participação nas PKO serviria como forma de aprimorar suas Forças Armadas e também estabelecer um maior contato com outras nações. Por conseguinte, mesmo com suas limitações e os custos exigidos, o Brasil manteve e até ampliou sua contribuição às missões de paz da ONU, por meio do envio de tropas e de militares individuais, policiais e civis.

Casos que merecem destaque são a atuação brasileira na MINUSTAH e na UNIFIL, missões mais recentes em que os componentes vindos do país foram expressivos e o comando das missões permaneceu consecutivamente nas mãos de militares brasileiros.

Com a experiência e prestígio adquiridos ao longo do tempo, o que é inclusive reconhecido pela própria ONU, imaginou-se que o país seguiria nessa mesma linha de atuação, mantendo o nível constante ou até mesmo ainda mais elevado, especialmente diante do convite à participação na MINUSCA. Contudo, este foi recusado.

O cenário que se apresenta no Brasil não é considerado um dos mais favoráveis à contribuição nas PKO, devido à crise econômica e política significativa que o país enfrenta. A isso se soma o fato de estar com uma grande dívida para com a própria ONU e que o atual Presidente e seu governo tiveram diversos atritos com a Organização desde a campanha eleitoral. Não menos importante, em 2019, houve um rompimento na diretriz da política externa brasileira, a qual deixou de prezar por preceitos tradicionais, como multilateralismo, regionalismo, cooperação internacional, e se voltou para uma perspectiva nacionalista e bilateral, deixando de valorizar a atuação em organismos internacionais.

Por outro lado, o Ministro das Relações Exteriores já se posicionou favoravelmente à participação brasileira nas PKO, mesmo que por razões distintas daquelas anteriores. Ademais, o atual governo é composto em grande parte por militares que tiveram relevantes papéis na MINUSTAH, os quais podem exercer uma influência positiva para a atuação nesse campo. É importante lembrar que o Brasil ainda envia alguns militares individualmente para as missões e continua no comando da UNIFIL. Com isso, as missões de paz parecem ser um ponto comum e de diálogo entre o governo e a ONU, mesmo diante dos atuais atritos. Nesse sentido, a ONU vem acenando positivamente para a retomada da contribuição do Brasil às PKO e, a exemplo disso, requisitou o envio de militares especialistas em selva para a MONUSCO.

Assim sendo, ao realizar um balanço de toda essa situação, questiona-se até que ponto o Brasil estaria disposto a manter seu engajamento nas missões de manutenção da paz da ONU. O caminho que aparenta ser o mais provável é que o Brasil, diante da alteração de sua política externa e, conseqüentemente, de seus interesses no escopo internacional, tenha outras prioridades. No entanto, isso não

impossibilita totalmente a participação brasileira nas missões de paz, uma vez que certos envios estão sendo mantidos e o governo já se demonstrou favorável à atuação nas PKO. Nesse sentido, as operações deixariam de ter a mesma notoriedade que possuíam anteriormente no governo, mas poderiam continuar recebendo alguns componentes brasileiros, ainda que, provavelmente, isso ocorresse em uma escala reduzida. Portanto, se confirmaria a hipótese de que estão sendo realizadas diversas transformações na política externa e no cenário brasileiro e que estas afetarão o tradicional engajamento do Brasil, demonstrado em sua trajetória nas PKO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguilar, S. L. C. (2015), "A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro", *Brasiliana - Journal for Brazilian Studies*, Vol. 3, No. 2, pp. 113-141.

Amorim, C. (2007), "Apresentação da Segunda Edição: O Brasil nas Nações Unidas", in Corrêa, L. F. S. (Org.), *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, DF, pp. 13-14.

Amorim, C. (2008), "Prefácio", in Fundação Alexandre Gusmão, *O Brasil e a ONU*, Funag, Brasília, DF, pp. 9-14.

Andrade, I. O., Hamann, E. P. and Soares, M. A. (2019), *Texto para Discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, DF, Rio de Janeiro, RJ.

Araujo, E. (2019), "Bolsonaro Was Not Elected to Take Brazil as He Found it: Latin America's biggest democracy has a bigger global role to play", *Bloomberg*, 07 January 2019, available at: www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-01-07/brazil-s-bolsonaro-brings-foreign-policy-revolution-says-araujo (accessed 24 February 2019).

Cezne, E. and Hamann, E. (2016), "Brazilian Peacekeeping: Challenges and Potentials in Turbulent Landscapes at Home and Internationally", Paper presented at *Brazil and Norway: Foreign policy, global governance and the way forward for international cooperation*, Rio de Janeiro, RJ.

Chade, J. (2019a), "Governo se retira de sabatina na ONU sobre sua política social", *UOL*, 16 May 2019, available at: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/05/16/governo-se-retira-de-sabatina-na-onu-sobre-sua-politica-social/> (accessed 21 June 2019).

Chade, J. (2019b), "Relatores da ONU pedem acesso ao Brasil para examinar execuções e milícias", *UOL*, 09 May 2019, available at:

<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/05/09/relatores-da-onu-pedem-acesso-ao-brasil-para-examinar-execucoes-e-milicias/> (accessed 21 June 2019).

Corrêa, L. F. S. (2007a), "Introdução da Primeira Edição", in Corrêa, L. F. S. (Org.), *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, DF, pp. 21-27.

Corrêa L. F. S. (2007b), "Introdução da Segunda Edição", in Corrêa, L. F. S. (Org.), *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, DF, pp. 15-18.

Exman, F. (2019), "Araújo quer o país em novas missões de paz", *Valor Econômico*, 25 March 2019, available at: www.valor.com.br/brasil/6178493/araujo-quer-o-pais-em-novas-missoes-de-paz (accessed 21 June 2019).

Fernandes, T. (2019), "Bolsonaro diz que cometeu ato falho e que jamais pensou em sair da ONU: presidencial diz que declaração se referiu ao conselho de direitos humanos da entidade", *Folha de S. Paulo*, 20 August 2018, available at: www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-diz-que-cometeu-ato-falho-e-que-jamais-pensou-em-sair-da-onu.shtml (accessed 21 June 2019).

Fontoura P. R. C. T. and Uziel, E. (2017), "A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas", in Hamann, E. P. and Teixeira C. A. R. (Org), *A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*, Instituto Igarapé and CCOPAB, Rio de Janeiro, RJ, pp. 9-15.

Frazão, F. (2019), "Eduardo Bolsonaro atua como chanceler paralelo: Filho do presidente, deputado faz visitas precursoras a países alinhados e divide guinada na área externa com o ministro Ernesto Araújo", *O Estado de S. Paulo*, 18 April 2019, available at: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,eduardo-bolsonaro-atua-como-chanceler-paralelo,70002807287> (accessed 21 June 2019).

G1 (2019a), "Após cogitar transferir embaixada, Bolsonaro anuncia escritório comercial em Jerusalém: Presidente confirmou escritório na cidade sagrada durante declaração conjunta com premiê israelense. Jerusalém não é reconhecida internacionalmente como capital de Israel.", 31 March 2019, available at: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/31/apos-cogitar-transferir-embaixada-bolsonaro-anuncia-escritorio-diplomatico-em-jerusalem.ghtml> (accessed 21 June 2019).

G1 (2019b), "Bolsonaro atende Trump e vai 'abrir mão' de tratamento especial do Brasil na OMC, diz Itamaraty: Objetivo da medida, segundo Ministério das Relações Exteriores, é fazer com que EUA apoiem entrada do Brasil na OCDE. Comunicado foi divulgado após reunião de Bolsonaro e Trump", 19 March 2019, available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/19/bolsonaro-atende-trump-e-vai-comecar-a-abrir-mao-de-tratamento-especial-do-brasil-na-omc-diz-itamaraty.ghtml> (accessed 21 June 2019).

G1 (2019c), “Em Davos, Jair Bolsonaro diz que, por ora, o Brasil não vai deixar o Acordo de Paris sobre o clima”, 22 January 2019, available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/22/em-davos-jair-bolsonaro-diz-que-por-ora-o-brasil-nao-vai-deixar-o-acordo-de-paris-sobre-o-clima.ghtml> (accessed 24 February 2019).

Godoy, R. (2019) “Brasileiros assumem missão de risco no Congo: Treze guerreiros da selva treinarão a tropa da missão internacional da ONU em um país com vários grupos rebeldes e um surto de ebola”, *O Estado de S. Paulo*, 26 May 2019, available at: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiros-assumem-missao-de-risco-no-congo,70002843561> (Accessed 21 June 2019).

Gonzalez, A. (2019), “Brasil não assina acordo global para limitar o uso do plástico”, *G1*, 22 May 2019, available at: <https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/post/2019/05/22/brasil-nao-assina-acordo-global-para-limitar-o-uso-do-plastico.ghtml> (accessed 21 June 2019).

Hamann, E. P. (2016), “O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil?”, *Cadernos Adenauer*, No. 4, pp. 95-110.

Hamann, E. P. and Teixeira, C. A. R. (2017), “Apresentação”, in Hamann, E. P. and Teixeira C. A. R. (Org), *A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*, Instituto Igarapé and CCOPAB, Rio de Janeiro, RJ, pp. 1-2.

Kawaguti, L. (2019), “ONU quer Brasil de volta a missões de paz na África, diz general”, *UOL*, 18 February 2019, available at: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/02/18/tropas-na-africa-onu-quer-brasil-de-volta-a-missoes-de-paz-diz-general.htm> (accessed 21 June 2019)

Kenkel, K. M. (2011), “Interesses e Identidade na Participação do Brasil em Operações de Paz”, *Revista Tempo do Mundo*, Vol. 3, No. 2, pp. 9-35.

Lampreia, L. F. (2007), “Apresentação da Primeira Edição: Um compêndio valioso”, in Corrêa, L. F. S. (Org.), *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, DF, pp. 19-20.

Leitão, M. (2019), “Entidades denunciam governo Bolsonaro à ONU por ‘tentativa de modificar’ narrativa do golpe de 64”, *G1*, 29 March 2019, available at: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/03/29/entidades-denunciam-governo-bolsonaro-na-onu-por-tentativa-de-modificar-narrativa-do-golpe-de-64.ghtml> (accessed 21 June 2019).

Londoño, E. (2019), “Bolsonaro Pulls Brazil From U.N. Migration Accord”, in *The New York Times*, 09 January 2019, available at: www.nytimes.com/2019/01/09/world/americas/bolsonaro-brazil-migration-accord.html (accessed 24 February 2019).

Maisonnave, F. (2019), “Em recuo, Ministério do Meio Ambiente confirma reunião da ONU em Salvador”, *Folha de S. Paulo*, 19 May 2019, available at: www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/05/em-recuo-ministerio-do-meio-ambiente-confirma-reuniao-da-onu-em-salvador.shtml (accessed 21 June 2019).

Marinha do Brasil (2019), “Militar da Marinha do Brasil é homenageada com a Medalha da Vitória, no Palácio do Planalto”, 05 April 2019, available at: <https://www.marinha.mil.br/noticias/militar-da-marinha-do-brasil-e-homenageada-com-medalha-da-vitoria-no-palacio-do-planalto> (accessed 21 June 2019)

Mello, P. C. and Coelho, L. (2018), “Jair Bolsonaro promete virada na política externa: eleito vê o mundo por ângulo diferente dos antecessores, afastando-se do multilateralismo”, *Folha de S. Paulo*, 31 December 2018, available at: www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/jair-bolsonaro-promete-virada-na-politica-externa.shtml (accessed 24 February 2019).

Mendonça, M. V. (2017), “Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti”, in Hamann, E. P. and Teixeira C. A. R. (Org), *A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*, Instituto Igarapé and CCOPAB, Rio de Janeiro, RJ, pp. 58-65.

Moraes, M. L. E. (2017), “O Brasil e a MINUSTAH – Os Três “Ds” da Cooperação Brasileira para o Haiti: diplomacia, desenvolvimento e defesa”, *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, Vol. 5, No. 12, pp. 8-19.

Nasser, F. (2012), “Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da organização das nações unidas”, in Kenkel K. M. and Moraes R. F. (Org.), *O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a tradição e a inovação*, Ipea, Brasília, DF, pp. 213-241.

Paraguassu, L. (2019), “Especial – Política externa de governo Bolsonaro segue um mistério, mas sinais são preocupantes”, *Reuters*, 11 January 2019, available at: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1P52K7-OB RTP> (accessed 24 February 2019).

Patriota, A. (2012), “Prefácio”, in Kenkel K. M. and Moraes R. F. (Org.), *O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a tradição e a inovação*, Ipea, Brasília, DF, pp. 7-8.

Pereira, K. N. F. (2015), *A participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano*, Especialização em Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

Revista Fórum (2019), “VÍDEO: Eduardo Bolsonaro defende Israel e diz que ONU não é órgão sério: “Tô nem aí pra ONU””, 08 January 2019, available at: www.revistaforum.com.br/video-eduardo-bolsonaro-defende-israel-e-diz-que-onu-nao-e-orgao-serio-to-nem-ai-pra-onu/ (accessed 21 June 2019).

Rezende, L. P. (2012), *O engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU: análise dos efetivos enviados e recomendações para o fortalecimento da inserção internacional brasileira*, Editora Appris, Curitiba, PR.

Ritnner, D. and Araujo, C. (2018), “Novo governo cogita volta de tropas às missões de paz das Nações Unidas”, *Valor Econômico*, 13 December 2018, available at: www.valor.com.br/brasil/6023765/novo-governo-cogita-volta-de-tropas-missoes-de-paz-das-nacoes-unidas (accessed 21 June 2019)

Sardenberg, R. M. (2005), “Brasil, política multilateral e Nações Unidas”, *Estudos avançados*, Vol. 19, No. 53, pp. 347-367.

Sardenberg, R. M. (2013), *O Brasil e as Nações Unidas*, Funag, Brasília, DF.

Schreiber, M. and Carneiro, J. D. (2019), “Santos Cruz é demitido do ministério de Bolsonaro; conheça a trajetória do militar”, *BBC News Brasil*, 13 June 2019, available at: www.bbc.com/portuguese/brasil-48631592 (accessed 21 June 2019).

Souza Neto, D. M. (2012), “O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH”, in Kenkel K. M. and Moraes R. F. (Org.), *O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a tradição e a inovação*, Ipea, Brasília, DF, pp. 243-267.

Tavares, J. (2019), “Militares que atuaram no Haiti ganham destaque no governo Bolsonaro: quatro ex-comandantes das tropas foram chamados pelo presidente eleito; um quinto oficial irá para o STF”, *Folha de S. Paulo*, 30 November 2018, available at: www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/militares-que-atuaram-no-haiti-ganham-destaque-no-governo-bolsonaro.shtml (accessed 24 February 2019).

Teixeira, C. A. R. (2017), “Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: história e perspectivas pós-MINUSTAH”, in Hamann, E. P. and Teixeira C. A. R. (Org), *A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*, Instituto Igarapé and CCOPAB, Rio de Janeiro, RJ, pp. 25-35.

The Economist (2019), “The Contradictions of Brazil's foreign policy: The new foreign minister is putting the country's soft power at risk”, 12 January 2019, available at: www.economist.com/the-americas/2019/01/12/the-contradictions-of-brazils-foreign-policy (accessed 24 February 2019)

Uziel, E. (2010), “Brasil, Conselho de Segurança e operações de manutenção da paz da ONU”, *Revista Política Externa*, Vol. 19, No. 1, pp. 63-77.

Vieira Neto, F. P. (2017), “Epopéia militar brasileira no Haiti”, in Hamann, E. P. and Teixeira C. A. R. (Org), *A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*, Instituto Igarapé and CCOPAB, Rio de Janeiro, RJ, pp. 16-23.